



RIO JARI,
na Amazônia:
desafio
de conciliar
atividade
econômica com
meio ambiente

Mecanismos de proteção da floresta ainda são incipientes

CLÁUDIO MOTTA
claudio.motta@oglobo.com.br

O instrumento internacional de proteção das riquezas produzidas a partir da biodiversidade dos países que ainda preservam suas florestas é o protocolo de Nagoia. Ele prevê regras para a exploração econômica de material genético e de repartição dos benefícios gerados, mas ainda não está em vigor.

Criado em 2010, o protocolo conta o apoio formal 54 países membros da ONU desde que recebeu 12 novas assinaturas no último dia 20, em cerimônia realizada em Nova York. Suas regras só passarão a valer três meses depois de serem ratificadas nos congressos nacionais de pelo menos 50 nações.

Para o secretário Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente, Braulio Dias, é fundamental que o protocolo vigore até 2012. Ele acha que este será um instrumento de proteção da biodiversidade brasileira, sobretudo das riquezas da Amazônia.

— Alguns países, entre eles o Brasil, já estabeleceram legislações nacionais de proteção à biodiversidade. Porém, países mais ricos preferem continuar usando recursos genéticos como se não houvesse qualquer exigência. Isso ocorre particularmente nos setores farmacêutico e cosmético, que não usam genes, mas moléculas com propriedades aromáticas. No entanto, o protocolo de Nagoia prevê a inclusão de moléculas resultantes do metabolismo

dos organismos — disse Braulio.

O secretário executivo da Convenção de Diversidade Biológica da ONU, Ahmed Djoghlaif, fez um apelo para que o protocolo de Nagoia entre em vigor antes mesmo da Conferência de Desenvolvimento Sustentável, que será realizada em junho de 2012, a Rio +20:

— Peço urgência aos signatários para ratificar o processo que permita a entrada em vigor do Protocolo de Nagoia em 2012, como uma contribuição da Década da Biodiversidade das Nações Unidas (2011-2020) na Rio +20.

Na prática, países que têm diversidade biológica ficam com poucos instrumentos para preservar suas florestas. Além disso, muitas vezes ainda são obrigados a pagar mais por produtos

feitos a partir de princípios ativos descobertos em suas fronteiras. Isso ocorre inclusive com medicamentos. Braulio Dias cita o caso da Indonésia:

— Há cerca de dois anos a Indonésia cedeu acesso a vírus causadores de gripe a instituições de pesquisa na Europa e Estados Unidos, que transferiram a fabricação de vacinas para empresas privadas. Estas deram acesso prioritário à Europa e aos Estados Unidos. Ou seja, o país que ajudou a desenvolver o remédio não teve acesso aos benefícios de resultantes. A convenção de diversidade biológica procurou corrigir isso com o protocolo de Nagoia.

Já a presidente da ONG Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê), Suzana Pa-

dua, vai além. Ela defende a criação de tratados internacionais para a preservação da biodiversidade que referendassem a criação de taxas internacionais. Ela reconhece, no entanto, a grande dificuldade de determinar quem é que vai pagar por isso.

— Os produtos vendidos a partir de elementos encontrados na floresta devem ter parte do lucro revertido para ações de proteção da biodiversidade. Além disso, as florestas têm um valor, que deve ser pago para ser mantido. O nó é determinar quem vai pagar isso. Na verdade, acredito que o mundo deveria pagar uma cota para o Brasil manter suas áreas verdes. A biodiversidade deveria ser protegida como uma joia da coroa por sua importância ambiental — afirmou Suzana.

Para discutir a importância da biodiversidade, o Ipê está ajudando a promover reuniões no Brasil com representantes do setor privado, da sociedade civil, de populações tradicionais (como grupos indígenas), de instituições de pesquisa e do governo.

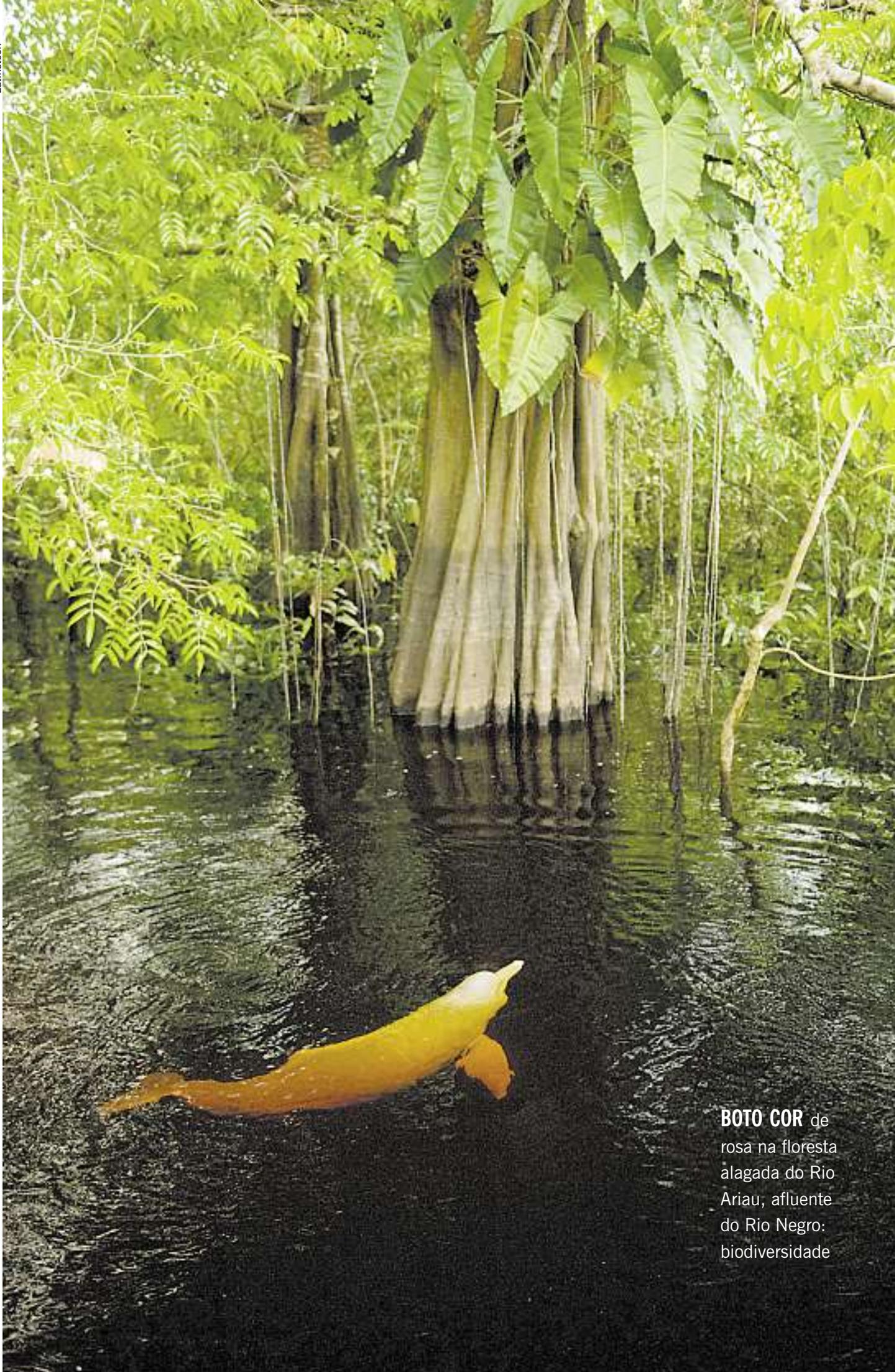
Entre as propostas, está a criação de mais unidades de proteção. Essa estratégia tradicional é considerada muito eficaz pelo coordenador do programa Cerrado e Pantanal do WWF-Brasil, Michael Becker. Ele aponta o desmatamento, sobretudo o provocado pela expansão desordenada das fronteiras agrícolas, como a principal ameaça à biodiversidade. E, no caso da Mata Atlântica, a perda de áreas verdes pela urbanização.

— É preciso ter mecanismos em que as boas práticas sejam remuneradas. Estamos negociando com os setores da soja e da pecuária. Além disso, deve haver uma remuneração clara aos que preservam a reserva legal como um serviço ambiental. Estamos falando de mecanismos financeiros, como a geração de créditos de carbono, para apoiar preservação da mata em pé.

O Brasil enfrenta, ainda, outro problema para aproveitar o potencial econômico de sua biodiversidade. A legislação nacional é considerada controladora demais. Isso acaba gerando dificuldades para o desenvolvimento tecnológico nacional.

— Temos todo o interesse de tentar fazer a modernização do marco legal. É preciso garantir o controle das nossas florestas, mas isso não pode servir como desestímulo para pesquisas. Em última estância, não queremos ter toda a biodiversidade para não fazer nada com ela — afirmou Braulio. ■

Latinstock



BOTO COR de rosa na floresta alagada do Rio Ariau, afluente do Rio Negro: biodiversidade